TC 012.710/2001-6.

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Vitorino Freire/MA.

Responsáveis: A.C.M. Gomes (CNPJ n. 00.938.986/0001-45); Antônio Alves de Gouveia (CPF n. 035.143.583-20); Armarinho São Paulo (CNPJ n. 63.448.948/0001-24); B. B. C. Santana (CNPJ n. 01.770.085/0001-50); Bertcon Serviços Ltda., (CNPJ n. 02.553.825/0001-69); Casa Maranhão (CNPJ n. 63.428.205/0001-92); Comercial Bom de Preço (CNPJ n. 01.861.512/0001-05); Comercial Kalina, (CNPJ n. 01.172.237/0001-12); Comercial São Luis Rei de França (CNPJ n. 02.740.337/0001-60); Construtora Rio Verde Ltda. (CNPJ n. 02.409.427/0001-73); Construtora Tavares Cunha Ltda. (CNPJ n. 69.569.473/0001-00); Engema - Engenharia e Comércio de Instalações (CNPJ n. 01.041.449/0001-60); Flank Rafael Silva Santos (CPF n. 449.650.953-91); Fran-Com e Representações (CNPJ n. 02.670.226/0001-25); Francisco Rodrigues Lima (CNPJ n. 06.029.078/0001-15); Gilberto da S. Reis (CNPJ n. 02.343.474/0001-61); Gilson Oliveira Pereira (CPF n. 407.459.533-87); Heracílio de Sousa Alencar (CPF n. 169.947.952-68); Hidracon Perfurações, Construções e Incorporação Ltda. (CNPJ n. 01.669.325/0001-24); Iramar Alves Sampaio ME (CNPJ n. 10.423.861/0001-36); J. B. Lopes Teixeira (CNPJ n. 02.366.215/0001-56); José Juscelino dos Santos Rezende (CPF n. 094.901.593-87); Jurecey Souza Santos (CNPJ n. 06.187.447/0001-06); Lajofre Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. (CNPJ n. 11.794.336/0001-90); L. T. Nunes Construção e Projetos em Geral (CNPJ n. 02.041.972/0001-50); Madeira Eldorado (CNPJ n. 00.138.748/0001-55); Margareth Rose Martins Bringel (CPF n. 215.948.993-04); Márcia dos Santos Resende (CPF n. 280.727.073-53); Márcio dos Santos Herrera (CPF n. 561.671.480-15); Metalúrgica Santa Inês (CNPJ n. 10.415.545/0001-1); Município de Vitorino Freire/MA (CNPJ n. 06.018.568/0001-16); Ney dos Santos Resende (CPF n. 351.307.093-49); Norbral – Comércio Representação e Serviços Ltda. (CNPJ n. 01.129.769/0001-77); Papelaria Imperial (CNPJ n. 03.498.735/0001-85); Prestacional Marsul (CNPJ n. 00.061.779/0001-55); R. S. Ferro (CNPJ n. 03.213.783/0001-80); Sorveteria Equatorial (CNPJ n. 00.835.707/0001-18); Tiago Madeiras Ltda. (CNPJ n. 41.623.984/0001-44); Tracom Tavares Representações e Comércio Ltda. (CNPJ n. 01.015.609/0001-05); Visão Comércio e Representações (CNPJ n. 00.363.456/0001-16) e Xavier Engenharia Ltda. (CNPJ n. 00.369.904/0001-99).

Advogados constituídos nos autos: Diego José Fonseca Moura (OAB/MA 8.192); Raimundo da Silva Santos (OAB/MA 6.086); Vanda Lúcia Correia Guimarães e Silva (OAB/MA 4.213); Rosilene Belinda (OAB/MA 4.192); Cornélio de Jesus Pereira (OAB/MA 4.265); Natusha de Fátima Torres Chaves (OAB/MA 8.032); Rogério Alves da Silva (OAB/MA 4.879); Carlos Alberto de Araújo (OAB/RN 3.061); Adriano Geoffrey de Gois Araújo (OAB/CE 14.714); José Lopes de Abreu (OAB/MA 2.010); José Milton Carvalho Ferreira (OAB/MA 2.307); Maria Gorete M. Bringel Carvalho (OAB/MA 2.228); Danilo Gonçalves Costa Lima (OAB/MA 6.487); Andrea Saraiva Cardoso dos Reis (OAB/MA 5.677); José Alex Barroso Leal (OAB/MA 4.683) e Artur Gomes de Sousa (OAB/MA 4.279). Peças 262, 263, 264, 265, 269, 270, 271 e 272.

Dados do Acórdão Condenatório (peça 75, p.25-33)

Número/Ano: 3017/2011

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 16/11/2011.

Ata nº: 50/2011.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s) /CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)		X	
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)	X		
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)? (1)	X		
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?	X		
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?x	X		
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?		X	
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)		X	

Responsáveis: Xavier Engenharia Ltda. (CNPJ 00.369.904/0001-99); Antônio Alves Gouveia (CPF 035.143.583-20); Margareth Rose Martins Bringel (CPF 215.848.993-04) e Flank Rafael Silva Santos (CPF 449.650.953-91).

Advogados constituídos nos autos: João Fernandes Freire Neto (OAB/MA 3.456) e Haroldo Guimarães Soares Filho (OAB/MA 5.078). Peças 175 e 192.

Dados do Acórdão Recursal:(peça 322).

Número/Ano:3296/2014.

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 26/11/2014.

Ata nº 47/2014.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s) /CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?			X
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)			X
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)	X		
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)? (1)			X
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?			X
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?			X
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?			X
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?			X
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?	X		
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?x	X		
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?		X	
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)		X	

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO.

1. Antes dos exames, cabe informar que os procuradores (advogados constituídos nos autos) relacionados no item 8 dos Acórdãos 3017/2011-TCU-Plenário e 4296/2014-TCU-Plenário, foram devidamente habilitados e cadastrados nos autos. Informo, ainda, da necessidade de se extrair no do cadastro nacional (v. site <http://www.oab.org.br/>) cópia do comprovante de inscrição na OAB, de todos os advogados constituídos nos autos.

2. Atesto quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos dos Acórdãos em epígrafe, **FOI** identificado erro material, relacionado ao número do CNPJ da Madeira Eldorado, no Acórdão nº 3.017/2011- TCU -Plenário.

3. Desse modo, submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta nos incisos VI, art. 2 – Portaria – Secex-MA n.2. de 29/1/2014 , e com fulcro na Sumula TCU 145, c/c o MMC nº 2/2003 – Segecex, o encaminhamento dos autos, via MP/TCU, ao gabinete do Relator, **Ministro Marcos Bemquerer Costa**, para a promoção do apostilamento do Acórdão 3.017/2011-TCU- Plenário, consignando a seguinte alteração::

- No item 3. Responsáveis, onde se lê: “ Madeira Eldorado (CNPJ n. 23.479.238/0001-35) ” leia-se: “Madeira Eldorado (CNPJ n. 00.138.748/0001-55) ” (...).

- No Acórdão, onde se lê: “Norbral – Comércio Representação e Serviços Ltda.”, leia-se: “Norbral - Com Representações e Serviços Ltda.”

4. Informo, por oportuno:

a) que os responsáveis relacionados nos subitens **9.1 e 9.2** do acórdão 3017/2011-Plenário, já foram comunicados do referido acórdão, e os responsáveis solidários condenados, foram notificados do acórdão condenatório, **exceto** quanto aos responsáveis “Madeira Eldorado (CNPJ n. 00.138.748/0001-55) e Hidracon Perfurações, Construções e Incorporação Ltda. (CNPJ n. 01.669.325/0001-24)” e aos demais indicados no Anexo I dessa instrução, em virtude de erros na notificação inicial;

b) que responsáveis, Xavier Engenharia Ltda. (CNPJ 00.369.904/0001-99); Antônio Alves Gouveia (CPF 035.143.583-20); Margareth Rose Martins Bringel (**falecida** - CPF 215.848.993-04) e Flank Rafael Silva Santos (CPF 449.650.953-91) interpuseram Recursos de Reconsideração contra o Acórdão 3.017/2011-TCU-Plenário, que foram apreciados pelo Acórdão 3296/2014–TCU- Plenário (peça 322), e que também já foram devidamente notificados, juntamente com os responsáveis solidários, **exceto** quanto àqueles indicados no Anexo II dessa instrutiva.

5. Assim, necessário se faz, notificar do acórdão 3017/2011 - TCU- Plenário, **os responsáveis indicados no Anexo I**, tendo em vista que os Ofícios e Editais de notificação saíram com erros ou as tentativas de notificações não lograram êxito.

6. Do mesmo modo, é preciso, em relação ao Acórdão 3296/2014 –TCU - Plenário (Recurso de Consideração), **notificar os responsáveis, indicados no Anexo II**, cujas as tentativas de notificações via Correios/Termo Entrega, não se obteve êxito.

7. Quando do retorno dos autos a esta Secretaria, necessário se faz tomar as providências indicadas nos itens 5 e 6 supra, com a realização de pesquisa de endereços atualizadas de cada responsável.

SECEX/MA, em 3 de março de 2016.

(Assinado eletronicamente)

Rosa Maria Barros de Miranda

AUFC Mat. 737-4.

ANEXO I

Notificar do Acórdão Condenatório 3017/2011 - TCU- Plenário

Responsáveis	Erros nos Ofícios/ Editais de Notificação do Acórdão 3070/2011- Plenário.	Ofício/ Edital/Ar. (Peça)
Margareth Rose Martins Bringel	Repetiu o subitem 9.4.17 e omitiu o subitem 9.4.18 do Acórdão.	Ofício (173)
Ney dos santos Resende	Erro no preâmbulo e no Anexo I do Edital, relacionado ao cofre credor dos débitos.	Edital (316)
Flank Rafael Silva Santos	Erro no Anexo I do Ofício, relacionado ao cofre credor dos débitos.	Ofício (266)
Construtora Tavares Cunha	Erro no Anexo I do ofício, relacionado ao cofre credor dos débitos.	Ofício (261)
Márcia dos Santos Resende	Omitiu os subitens 9.4.7; 9.4.8; 9.4.9; 9.4.10; 9.4.11; 9.4.12; 9.4.13; 9.4.14; 9.4.15; 9.4.16; 9,4,17; 9.4.18; 9.4.19 e 9.4.21 do Acórdão.	Ofício (117)
Heracílio de Sousa Alencar	Repetiu o subitem 9.4.17 e omitiu o subitem 9.4.18 do Acórdão.	Ofício (125)
Antônio Alves de Gouveia	Repetiu o subitem 9.4.17 e omitiu o subitem 9.4.18 do Acórdão.	Ofício (120)
Fran-Com. e Representação	Erro no preâmbulo e no Anexo I do Edital, relacionado ao cofre credor dos débitos.	Edital (314 e 315)
R. S. Ferro	Notificou do subitem 9.4.17 em vez do subitem 9, 4.18. Erro no valor da multa, item 9.5 do Acórdão.	Ofício (123)
Berticon Serviços Ltda.	Erro no preâmbulo e no Anexo I do Edital, relacionado ao cofre credor dos débitos.	Edital (315)
Hidracon Perfurações, Construções e Incorporação Ltda.	As tentativas de notificação por ofício, via Correios, não lograram êxito. E não foi notificada por Edital.	Ofícios (101 e 204) Ar's (140 e 224)
Madeira Eldorado	As tentativas de notificação por Ofício, via Correios, não lograram êxito. E não foi notificada por Edital.	Ofícios (121, 203) Ar's (138 e 245)

Comercial Bom de Preço	AR negativo, “não procurado”, e não notificado por edital.	Ofício (peça 215) AR (peça 248)
Comercial Kalina	AR negativo, endereço insuficiente e não notificado por edital.	Ofício (peça 207) AR (peça 240)

ANEXO II

Notificar do Acórdão 3296/2014 – TCU - Plenário (Recurso de Consideração)

Responsáveis	Notificações do Acórdão 3296/2014 – Plenário, não consumadas.	Ofício/ Termo de Entrega /Ar. (Peça)
Gilberto da S. Reis	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (403) AR (428)
F. DE A Conceição – Comercial Bom Preço.	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (383) T. Entrega (430)
S.L.Z. - Infoeletrônicos - Comercial São Luís Rei de França	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (391) T. Entrega (431)
Bertcon Serviços Ltda.	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (401) AR (434)
Madeiraira Eldorado	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (395) T. Entrega (432)
A.C.M Gomes	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (397) T. Entrega (433)
S. R. Ferro	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (403) AR (428)
Comercial Bom de Preço	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (Peça 383) e AR (peça 430)
Comercial Kalina	Embora tenha sido notificado do Recurso de Reconsideração, o endereço utilizado foi do seu representante-administrador, sendo que deveria ter sido utilizado primeiramente o endereço da sede da empresa.	Ofício (Peça 389) e AR (peça 412)
Engema - Engenharia e Comércio de Instalações	Não foi notificado do Recurso de Reconsideração.	Ofício (Peça 397) e AR (peça 433)